

**CENTRALIDADE, ESPAÇO PÚBLICO E VISIBILIDADE:  
o calçadão Arthur Bernardes em Viçosa (MG)**

CENTRALITY, PUBLIC SPACE AND VISIBILITY:  
the Arthur Bernardes Pedestrian mall in Viçosa (MG)

Luiza Oliveira Pacheco<sup>1</sup>  
[luiza.pacheco@ufv.br](mailto:luiza.pacheco@ufv.br)

Fábio Cabral Durso<sup>2</sup>  
[fabiodurso@outlook.com](mailto:fabiodurso@outlook.com)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar o Calçadão Arthur Bernardes como espaço público de Viçosa (MG), a fim de identificar aspectos que estimulem a discussão de sua relevância para o reordenamento da região central da cidade, entre as décadas de 1970 e 1980. Para isso, empreendeu-se uma investigação, associando a História Oral à análise documental, sobre a formação do centro da cidade de Viçosa, focalizando seus aspectos espaciais, buscando compreender as circunstâncias que levaram à construção do Calçadão. Foi encontrado que esta obra, por abrigar boa parte da atividade comercial municipal e ter em seu entorno parte do patrimônio cultural edificado da cidade, atua como elemento fundamental na organização de sua malha urbana central.

**Palavras-chave:** Espaço público. Centralidade. Trama locacional. Ruas de pedestres.

**Abstract:** The purpose of this article is to analyze the Arthur Bernardes pedestrian mall as a public space in Viçosa (MG), in order to identify aspects that stimulate the discussion of the relevance of its construction for the reorganization of the central region of the city, between the 1970s and 1980s. In order to do so, an investigation was undertaken into the formation of downtown Viçosa, focusing on its spatial aspects, seeking to understand the circumstances that led to the construction of the pedestrian mall. It was found that this work, due to its relevance within commercial activity and because it has part of the city's built cultural heritage in its surroundings, acts as a fundamental element in the organization of the central urban fabric of Viçosa.

**Keywords:** Public space. Centrality. Urban location plot. Pedestrian malls.

## 1. Introdução

Este trabalho busca problematizar a constituição do Calçadão Arthur Bernardes como espaço público de Viçosa (MG), bem como sua importância para a constituição da centralidade urbana da cidade. A fim de elucidar essas questões, empreendeu-se uma investigação sobre a

---

<sup>1</sup> Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa.

<sup>2</sup> Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa

formação do centro urbano de Viçosa, focalizando a acumulação de diferentes temporalidades em seu espaço ao longo da história, buscando compreender as circunstâncias que levaram à construção do Calçadão e o papel dessa obra na composição da trama locacional central urbana, que também abriga parte do patrimônio cultural edificado viçosense.

O Calçadão Arthur Bernardes pode ser concebido como um modelo urbanístico que foi implantado no final da década de 1970 a fim de promover um espaço para o consumo de bens e serviços numa época em que o centro de Viçosa passava por importantes mudanças socioespaciais. A interlocução entre um grupo de arquitetos e professoras de uma instituição pública federal de ensino, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), denominado “Por uma Viçosa melhor”, e a Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV), levou à execução dessa obra, que passou a proporcionar um espaço público protegido dos automóveis para a livre circulação de pedestres.

O entendimento do espaço público e das vias urbanas que compõem o Calçadão Arthur Bernardes, identificando suas características de formação, permite problematizá-lo e compreender seu significado para a centralidade urbana de Viçosa, buscando responder às seguintes questões: Como a composição do centro urbano de Viçosa interferiu nas transformações empreendidas para a construção do Calçadão? Como a construção do Calçadão Arthur Bernardes atua na configuração socioespacial do centro urbano de Viçosa? Qual a importância desse espaço na constituição da centralidade urbana da cidade?

Na tentativa de responder às questões supracitadas para o desenvolvimento deste estudo, foi necessário analisar o contexto urbano municipal anterior à época de construção do Calçadão Arthur Bernardes, bem como investigar as aspirações do grupo “Por uma Viçosa melhor” e dos comerciantes e moradores que estavam instalados ao longo da via quando ela ainda comportava o trânsito de veículos automotores, além de estabelecer uma perspectiva acerca da legislação urbanística da época.

Este artigo, fruto de uma dissertação<sup>3</sup> defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, tornou-se possível por meio de alguns percursos e procedimentos metodológicos. Em um primeiro momento foi utilizada a análise documental de edições do periódico UFV Informa<sup>4</sup>, disponibilizadas em plataforma

---

<sup>3</sup> Ver Pacheco (2023).

<sup>4</sup> Era a publicação oficial da UFV, seguindo os anteriores Folha Rural (publicação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária, editada durante o ano de 1935) e Informativo UREMG (periódico da

eletrônica da UFV ([atom.ufv.br](http://atom.ufv.br)); de reportagens do Jornal Folha Integração (também chamado Folha de Viçosa/Ponte Nova até 1974 e atualmente Jornal Folha da Mata)<sup>5</sup>; de atas das reuniões da Câmara dos Vereadores; de leis e projetos de lei relacionados à execução de obras e demais posturas municipais, bem como de croquis feitos por arquitetos da UFV a fim de orientar a execução da obra. Em um segundo momento do caminho metodológico, fez-se uso de entrevistas apoiadas na História Oral, realizadas com ex-membros do grupo “Por uma Viçosa melhor”, ex-vereadores, comerciantes e ex-comerciantes instalados na rua Arthur Bernardes, além de moradores e ex-moradores desse logradouro. Segundo Merhy (1996), a História Oral é um recurso que pode ser empregado quando há preocupação com as versões individuais sobre cada fenômeno, justificando-se em razão da soma dos argumentos que caracterizam a experiência em conjunto.

As entrevistas foram orientadas por roteiros de perguntas direcionados a cada um dos públicos ouvidos. Ao todo foram realizadas nove entrevistas e os interlocutores estão identificados na pesquisa por suas iniciais<sup>6</sup>.

Este artigo está dividido em 4 partes. Na primeira, “Cidades, espaço público e centros urbanos”, são abordados os referenciais teóricos pertinentes à constituição dos centros urbanos e a composição do espaço público nesses locais. Na segunda parte, “Viçosa e seus espaços”, detalha-se a história da cidade de Viçosa com foco em seu crescimento urbano, analisando suas fases de expansão e como cada uma afetou a constituição de sua área central. Na terceira parte, “Calçadões – No Brasil, no mundo e no interior de Minas Gerais”, é analisada a origem das ruas de pedestres, popularmente conhecidas como calçadões. A partir daí apresenta-se o contexto da época de construção do Calçadão Arthur Bernardes em Viçosa. Na quarta e última parte, “Considerações finais”, retoma-se as principais discussões e apresenta-se as conclusões deste trabalho.

---

Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, editado entre 1962 e 1969). Após a federalização da instituição, em 1969, o jornal foi chamado de UFV Informa. Essas publicações contemplavam temas ligados ao regime didático da instituição, bem como sua organização e parcerias para projetos e pesquisas. Disponível em [atom.ufv.br](http://atom.ufv.br).

<sup>5</sup> O jornal Folha de Viçosa foi fundado em 1963 pelo historiador Pélmio Simões de Carvalho, circulando semanalmente nas cidades de Viçosa, Ponte Nova, Raul Soares, Jequeri, Rio Casca, Ervália, Ubá, Teixeiras e Uruçânia. Foi denominado Jornal Integração até 1986, quando passou a se chamar Folha da Mata. Ver Coelho (2013).

<sup>6</sup> O estudo foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa no dia 14/12/2021.

## 2. Cidades, espaço público e centros urbanos

A fim de descrever percursos conceituais que podem ser feitos para interpretar a cidade, Bresciani (1991) aborda a questão técnica, utilizada como instrumento de modificação do meio. As investigações voltadas para esse percurso procuravam elaborar soluções para questões de embelezamento e higiene, buscando formas de disciplinar e ordenar os espaços do meio urbano.

Choay (2006) trata da ordenação urbana ao versar sobre o surgimento da estrada de ferro e a invenção do telégrafo, no século XIX, que se combinavam a fim de organizar o território dos países. Além disso, o higienismo e o sanitarismo da época resultaram na construção do urbanismo como uma nova ciência, derivada da engenharia, voltada para a garantia do movimento e da salubridade às cidades, que deveriam ser ordenadas com ruas retificadas e pavimentadas (Torrão Filho, 2009).

Segundo Corrêa (1989), as relações espaciais dentro da cidade se manifestam por meio dos fluxos de pessoas e veículos associados à carga e descarga de mercadorias e aos deslocamentos cotidianos entre áreas residenciais e locais de trabalho. A articulação também se manifesta de modo menos visível, uma vez que, dentro do sistema econômico capitalista, as relações espaciais que a envolvem também englobam questões sobre a tomada de decisões sobre investimentos de capital. Estes são, para Cardoso (2022), os principais agentes que podem ser denominados donos da cidade, dada a pressão que exercem sobre o Estado acerca das formas de gestão e uso da terra, determinando o ordenamento do espaço das cidades.

Ainda segundo Cardoso (2022), também podemos identificar como donos da cidade os agentes imobiliários, representados por empresas comerciais e financeiras, e o Estado: enquanto os primeiros atuam na promoção imobiliária, no financiamento e na construção e comercialização de terras ou imóveis, o Estado atua na organização, na indústria e no consumo de espaços e propriedades fundiárias, por meio da regulação do uso do solo urbano. Ao privilegiar com suas políticas públicas e investimentos os meios de produção, o Estado contribui para gerar uma valorização desigual dos espaços da cidade, bem como uma apropriação desigual desses espaços por diferentes segmentos sociais (Ribeiro Filho, 1997).

Em Viçosa, por exemplo, Maria e Stephan (2014) discutem que há um processo intenso de adensamento e verticalização na área central da cidade, resultado da demanda gerada pela

recente ampliação de vagas da UFV, entre as décadas de 1980 e 2000, e outras duas grandes faculdades particulares na cidade. Para esses autores, Viçosa, ao longo de sua história, quase nunca dispôs de gestores do Poder Executivo interessados em buscar um planejamento urbano adequado às demandas da cidade, sobretudo no que tange às questões voltadas para a preservação da memória, identidade ou do patrimônio cultural local. A cidade vem aumentando sua atividade imobiliária em resposta às demandas geradas principalmente pela UFV, ao passo que seus gestores não se preocupam em criar e implementar políticas públicas necessárias para enfrentar os efeitos do acelerado processo de urbanização.

Nesse sentido, a atuação do Estado, por meio da edição de legislações urbanísticas de ordenamento de uso e ocupação do solo urbano em sintonia com as demandas do mercado, contribui para modificar o mapa de valores da terra urbana (Ribeiro Filho, 1997). Desta forma, na medida em que a cidade se torna um negócio para o capital, as leis de mercado passam a ditar as regras do ordenamento espacial urbano, fazendo com que os processos de valorização do espaço passem necessariamente pela mercantilização dos lugares. Assim, o espaço – e em particular o espaço central urbano – passa a ter cada vez mais importância para o capital (Botelho, 2007).

Em Viçosa, localiza-se no centro da cidade o conjunto arquitetônico do Balaústre, que corresponde a um grupo de sete bens patrimonializados, os quais se encontram na região imediatamente circunscrita ao Calçadão Arthur Bernardes<sup>7</sup>. Assim como em diversas cidades pequenas e médias que não possuem uma atividade turística intensa, é possível que o patrimônio arquitetônico seja visto como “resíduo”, ou seja, algo que pode ser apagado, uma vez que se vê destituído da importância que lhe era atribuída em outros momentos históricos. O termo “resíduos patrimoniais” é utilizado pelos pesquisadores Scifoni (2015) e Stephan (2021), que apontam que as sociedades deixam marcas por meio de suas construções em um espaço geográfico. A partir disso, há uma série de registros de atividades, costumes e a expressão de uma cultura. Em Viçosa, mesmo resistindo poucas dessas construções, tais remanescentes centrais que envolvem o entorno do Calçadão Arthur Bernardes exercem novas funções, sem, porém, a necessária preservação ou conservação.

---

<sup>7</sup> Os bens patrimonializados são: Estação Ferroviária (Estação Hervé Cordovil), guarda-corpo ornamentado (Balaustrada), casa Arthur Bernardes, Escola Municipal Antônio da Silva Bernardes, fachada da Casa Sede do primeiro hospital de Viçosa, casa Cora Bolívar e Hospital São Sebastião. Para ampliar esta discussão, ver Durso & Pacheco (2023).



**Figura 1:** Parte do conjunto arquitetônico da Avenida Bueno Brandão (Balaústre), 2018. **Fonte:** Imagem retirada do site da Diretoria de Relações Internacionais da UFV (DRI/UFV).

Assim, os resíduos do patrimônio arquitetônico muitas vezes podem ser vistos como um impedimento aos novos processos e modelos de construção, moradia e loteamento urbano. O que Scifoni (2015) argumenta, e tal análise pode ser aplicada neste trabalho, é que os lotes sem o imóvel, ou seja, lotes vazios, valem bem mais em termos econômicos, do que aqueles que possuem um imóvel com relevância cultural ou histórica. O que acontece em Viçosa, mais especificamente na região do conjunto arquitetônico no entorno do Calçadão, tem mostrado uma maior intenção de demolição para gerar novas construções, num processo de verticalização com taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento maiores que o permitido<sup>8</sup>.

O comércio potencializa a valorização de um local, valendo-se das condições morfológicas do espaço urbano e da presença do público, dirigindo nosso olhar a fim de alcançar seu objetivo imediato, ou seja, vender. Espaços urbanos centrais, em especial espaços públicos, são sempre espaços de exposição, exercendo forte centralidade no imaginário da cidade, sendo por isso cobiçados por quem disputa reconhecimento e visibilidade (Gomes, 2013).

A consolidação de um território como central deve ser entendida como resultado de um processo que o transformou em centro, resultante de processos históricos e também de uma construção simbólica (Fonseca, 2012), uma vez que se tratam de lugares que ampliam a visibilidade, exercendo forte reconhecimento no imaginário da cidade e, por isso, sendo cobiçados por quem disputa reconhecimento e visibilidade. Certos logradouros concentram a

---

<sup>8</sup> Sobre esta questão, ver Durso & Pacheco (2023).

atenção, atuando como cenários da vida urbana, um resumo das formas de sociabilidade, e constituindo um ingrediente fundamental na definição dos traços que caracterizam a cidade (GOMES, 2013). Desta maneira, interessa-nos abordar o espaço público para além de seu aspecto físico, compreendendo-o como um organizador da malha urbana (Ribeiro, 2016).

A rua, juntamente com as calçadas, é considerada o espaço público por excelência das cidades, atuando como objeto de reivindicação no direito à cidade (Cardoso, 2022). Essa disputa ocorre no espaço público e o reivindica das mais diversas formas, seja por meio da ação política, do acirramento da especulação imobiliária ou por manifestações de grupos sociais que nele possuem interesse.

O espaço público é, assim, a *mise-en-scène* da vida pública, no qual o lugar físico orienta as práticas e guia os comportamentos, os quais reafirmam o estatuto público desse espaço, que também atua como lugar de conflitos e problematização da vida social.

O atributo da visibilidade é ativado pela existência de espaços públicos e as dinâmicas que neles se desenrolam e se exibem para o público, que reúne a compreensão desses lugares a fim de construir um entendimento sobre a vida social urbana. O que constrói o espaço público é a tensão entre a diferença e a possibilidade de coabitação (Gomes, 2013).

### 3. Viçosa e seus espaços

O vilarejo que deu origem à cidade de Viçosa surgiu ainda no século XVIII, no auge do período da mineração em Minas Gerais, tornando-se uma das principais fontes de abastecimento de gêneros alimentícios para as populações de Vila Rica e Ribeirão do Carmo (hoje Ouro Preto e Mariana, respectivamente). Com o declínio da mineração no século XIX, a base econômica desse povoado, fundamentada na agricultura diversificada e na pecuária, começou a se transformar, encontrando na monocultura do café sua nova principal atividade econômica (Baêta, 2016).

Em 1884, a chegada da estrada de ferro “The Leopoldina Railway” trouxe a Viçosa um novo sentido mercantil, decorrente da necessidade de transporte da produção regional, principalmente de café (Maria, Faria & Stephan, 2014). A primeira estação da ferrovia que chegava a Viçosa estava localizada distante do centro urbano da cidade, mas, ainda assim, ajudou a dinamizar sua vida política, econômica e cultural (Honório, 2012). Para Maria, Faria e Stephan (2014), esse primeiro momento de urbanização de Viçosa foi impulsionado pelo

potencial da atividade agrícola, que se tornou um importante fator de atração para a população de outras cidades, bem como um catalisador para a chegada de novas ideias, como algumas ligadas ao urbanismo sanitário, que já era verificável em Viçosa na década de 1890, quando a Resolução n. 1, de 1º de outubro de 1892, autorizou o agente executivo municipal (cargo equivalente ao de prefeito atualmente) a realizar operações de crédito necessárias à canalização de água potável e esgoto na cidade (Ribeiro Filho, 1997).

Uma nova estação ferroviária, localizada na área central de Viçosa, foi inaugurada em março de 1914, causando grande impacto socioeconômico na cidade, com a criação de fábricas de tecidos, grande crescimento populacional e construção de vilas operárias (Bernardes, 2013). Já em 1920 a Lei n. 761, de 6 de setembro, marcava o ato legal de criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), instituição que surgia principalmente para impulsionar a política de diversificação produtiva por meio da modernização da agricultura. A Escola foi construída em uma área de topografia privilegiada, a cerca de um quilometro do centro da cidade (Bernardes, 2013). Segundo Mello (2002), o vale contíguo à área já ocupada da cidade, que passou a abrigar a ESAV, foi conseguido em virtude da compra e de desapropriações de terras, constituindo uma barreira à expansão urbana, que tomou, assim, outras direções.

Na inauguração oficial da Escola, em 28 de agosto de 1926, a ESAV era considerada a maior escola agrícola da América Latina, tendo suas atividades iniciadas em 1927 (UFV, 2022). O projeto de universidade que se planejou visava, sobretudo, que a instituição não dependesse de serviços da cidade, de forma que o campus conseguisse comportar serviços variados a fim de atender às pessoas envolvidas em atividades da ESAV (Andrade, 2015). A ESAV se expandiu com o passar dos anos e, com isso, a cidade de Viçosa viu sua população ligada à instituição aumentar. Em 1948, a Escola foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), que trouxe mais recursos para a instituição e, conseqüentemente, aumentou o número de estudantes e funcionários, incrementando o afluxo de pessoas para a cidade (Ribeiro Filho, 1997).

Em 1948 também foi aprovado em Viçosa o Código de Posturas do Município, que, conforme Lopes (2011), não trazia nenhuma referência à política urbana. Apenas em 1956 é que passa a vigorar o primeiro Código de Obras da cidade, estabelecendo como os projetos



arquitetônicos deveriam ser apresentados para apreciação, buscando determinar um padrão de construção (Ribeiro Filho, 1997).

Na década de 1950, a área central da cidade se caracterizava pela diversidade de usos, com a predominância de residências, comércio e serviços. Já os bairros adjacentes ao centro se caracterizavam pelo predomínio do uso residencial, com insignificante comércio local em relação ao que existia no centro (Ribeiro Filho, 1997). Nessa época, a área central da cidade correspondia ainda ao eixo representado pela praça Silviano Brandão, onde se concentravam o comércio e as atividades sociais realizadas em espaços públicos, e a praça do Rosário, que se conecta à avenida P. H. Rolfs, que levava à UREMG. Entre as duas praças está localizada a rua Arthur Bernardes, que era caracterizada pelo uso misto (comercial e residencial). Tratava-se, assim, de uma via central, mas que ainda não possuía um sentido comercial tão pungente.

Em agosto de 1969, a UREMG tornou-se Universidade Federal de Viçosa (UFV). O crescimento da instituição se refletia na expansão urbana de Viçosa, que via também sua população aumentar: em 1960 a população da cidade era de 20.846 habitantes (Mello, 2002 apud Maria, Faria & Stephan, 2014), passando para 25.777 em 1970 (Silva, 2014). Em entrevista ao Jornal Folha de Viçosa/Ponte Nova, em fevereiro de 1974, o reitor recém-eleito Antônio Fagundes de Souza afirmou que “a vida da Universidade Federal de Viçosa e da nossa comunidade viçosense são uma só” (Jornal Folha de Viçosa/Ponte Nova, n. 249 e 250, ano 10. 17/02/1974 e 24/02/1979), dando indícios de que o relativo isolamento da UFV em relação à cidade de Viçosa ia se diluindo.

Em 1977, a UFV chegava a 21 cursos de graduação (Castro, 2015). Essa expansão era percebida na alteração dos polos de atração da cidade: áreas como a avenida P. H. Rolfs, que levava à UFV, ganharam importância no mercado imobiliário devido a sua proximidade com a instituição. O campus, que antes ficava afastado do núcleo central da cidade, tornou-se fator de atração e centralidade (Andrade, 2015).

Silva (2014) afirma que existia uma predominância de investimentos autônomos na construção civil na área central de Viçosa durante a década de 1970, ou seja, as iniciativas eram feitas a partir da atividade de pessoas físicas, agentes autônomos que tiveram grande importância na verticalização do centro, a qual se deu pela substituição dos casarões antigos por edifícios de apartamentos, já que Viçosa experimentava nessa época uma valorização urbana desconhecida até então, decorrente da atividade imobiliária.

Durante a década de 1970 foram realizados 23 novos procedimentos de parcelamento do solo em Viçosa (Ribeiro Filho, 1997). Foi quando o setor da construção civil se consolidou na cidade, representando seu setor mais dinâmico e maior empregador de mão de obra. Enquanto os mais ricos se estabeleciam nos bairros com infraestrutura já consolidada ao redor do centro, a Lei n. 609 de 31 dezembro de 1971 proibia a construção de casebres na mesma área de Viçosa. A fase de expansão em que se encontrava a UFV, fruto das políticas públicas do governo militar, proporcionou o crescimento das atividades urbanas de suporte na cidade de Viçosa, como a prestação de serviços e o comércio (Santos, 1991 apud Silva, 2014).

O aparato burocrático do poder público municipal não estava preparado para administrar tão rápido crescimento. Desta forma, serviços de infraestrutura e equipamentos urbanos não eram suficientes para atender a população residente e a que viria a se instalar na cidade (Ribeiro Filho, 1997). O final da década de 1970 ficou caracterizado pela aprovação, na administração de César Sant’Anna Filho, de novas legislações urbanísticas. O novo Código de Posturas (Lei Municipal n. 308/1979) foi mais sucinto e não tratou de questões urbanísticas, que foram contempladas no Código de Obras, instituído pela Lei Municipal n. 312/1979.

O aumento substancial na frota de veículos automotores na cidade na época citada, consequência do aumento populacional, também passou a constituir um problema, uma vez que as ruas e calçadas não comportavam o fluxo de pedestres e de carros, devido a sua largura reduzida (Ribeiro Filho, 1997). Além disso, a permissividade do poder público levou a quantidade de espaços públicos, principalmente aqueles voltados para o lazer, a números insignificantes em relação aos espaços privados. Exceto por algumas ações pontuais, com implicação para o coletivo, que decorreram da demanda de alguns setores ligados à UFV, nas décadas de 1970 e 1980 a produção do espaço urbano de Viçosa decorreu de ações deliberadas por um grupo restrito de agentes da cidade, representado por empresários ligados ao mercado imobiliário.

Oportunizada pela série de mudanças pelas quais o centro de Viçosa passava no fim da década de 1970, a construção do Calçadão Arthur Bernardes era tratada como “a obra do século” nas páginas dos jornais (Reportagem “Obras da rua Artur Bernardes marcarão Administração César Santana”. *Jornal Folha Integração*, ano 16, 17 jun. 1979, n. 499) e representava o advento de um sentido mercadológico mais acentuado para a área central da cidade, uma vez que fazia parte da agregação de externalidades positivas ao logradouro, a fim

de atrair investimentos imobiliários, os quais ameaçavam o patrimônio edificado da cidade, representado pelo conjunto arquitetônico do Balaústre, na região imediatamente circunscrita à rua Arthur Bernardes, central e caracterizada pelo uso comercial e residencial.

A construção do Calçadão Arthur Bernardes se insere na problemática de mudanças nas relações sociais e comerciais empreendidas em Viçosa na década de 1970, durante a qual a população urbana aumentou de 25.777 para 31.143 habitantes (Ribeiro Filho, 1997).

#### **4. Calçadões – no Brasil, no mundo e no interior de Minas Gerais**

O termo calçadão é utilizado como correspondência ao termo *pedestrian mall*, que designa vias constituídas para a circulação de pedestres, também conhecidas como ruas pedonais ou ruas de pedestres (Sandrini, 2021). Na Europa, o primeiro calçadão foi construído em Essen, na Alemanha, em 1928 (Fonseca, 2012), entretanto, apenas após a II Guerra Mundial foi que os calçadões passaram a ser implementados como estratégia de renovação urbana em distritos centrais (Sandrini, 2021), uma vez que o êxodo das classes médias dos centros das cidades fez com que esses núcleos deixassem de receber investimentos durante o conflito, perdendo vitalidade econômica (Fonseca, 2012).

Aliado a isso, as mudanças nos hábitos da população, atreladas a fatores como o congestionamento derivado do aumento da frota de veículos automotores, o aumento da sensação de insegurança e a diminuição de atividades de lazer, levaram a um desenvolvimento comercial na periferia das cidades e um conseqüente abandono das áreas centrais pela população, bem como uma queda das vendas do varejo acarretada pelo aparecimento de formatos comerciais como os *shopping centers* (Januzzi, 2006).

A criação dos calçadões, assim, se insere em um contexto de reorganização espacial das cidades a fim de atrair público e investimentos por meio da revitalização dos centros dessas localidades (Fonseca, 2012). O novo modelo de projeto urbano no qual a pedestrianização de ruas se insere buscava responder ao abandono e decadência de determinadas áreas das cidades, proporcionando a possibilidade de criação de uma nova imagem dos centros urbanos. Essa nova imagem é de extrema importância na medida em que traduz uma intenção arquitetônica e um conceito de espaço público, buscando a atração de novos capitais por meio de seus novos elementos estruturadores (Januzzi, 2006).

No Brasil, os calçadões começaram a ser implantados durante a década de 1970, seguindo a influência norte-americana, que já contava com esse tipo de estrutura desde o fim da década de 1950 (Fonseca, 2012). O primeiro município brasileiro a intervir em seu centro histórico a fim de aprimorar sua imagem foi a capital paranaense, Curitiba, que passava por uma expansão urbana acelerada e seus espaços públicos centrais encontravam-se deteriorados e com tráfego intenso de veículos (Sandrini, 2021). Após esse empreendimento na cidade, outras localidades brasileiras tiveram ruas de pedestres instaladas no centro urbano de cidades de diversos tamanhos, como São Paulo, Florianópolis, Londrina, Juiz de Fora, Bauru e Ponta Grossa, entre as décadas de 1970 e 1980. No Brasil, os calçadões tornaram-se parte de um “modismo” e tiveram sua construção ligada muitas vezes à promoção política dos prefeitos de diversas localidades (Januzzi, 2006).

Ao compreendermos o espaço público como *mise-en-scène* da vida pública e associá-lo ao fenômeno da centralidade, entendemos que o lugar físico orienta as práticas e guia os comportamentos ali vividos, os quais reafirmam o estatuto público desse espaço (Gomes, 2002). Dentro da trama locacional das cidades, a posição das ruas constitui elemento fundamental, uma vez que há locais que são instituídos como lugares de visibilidade, nos quais uma determinada ordem espacial os constitui em áreas fundamentais para observar a cena pública, permitindo compreender a expressão da vida urbana. Assim, espaços públicos são lugares demonstrativos, nos quais se afirmam valores e comportamentos e onde se desenrolam interações e encontros (Gomes, 2013).

O comércio potencializa a visibilidade e se vale das condições morfológicas do espaço urbano e da presença do público a fim de alcançar seu objetivo imediato: vender. Além disso, em espaços públicos centrais é possível observar um resumo da vida urbana cotidiana, uma vez que são carregados de diversos enredos e personagens (Gomes, 2013).

Seguindo o período de intensas transformações no centro de Viçosa, como a construção do Centro Comercial Fuad Chequer<sup>9</sup> e o calçamento da avenida P. H. Rolfs, em fevereiro de 1979, em entrevista ao Jornal Folha Integração, o então prefeito César Sant’Anna Filho declarou que, a fim de resolver o que chama de “problema do trânsito” na rua Arthur Bernardes, estudava a possibilidade de transformá-la em rua de pedestres. Em se tratando de

---

<sup>9</sup> Trata-se de um empreendimento comercial de 11 andares, volumetria que desrespeitava a legislação urbanística vigente à época de sua construção, no fim da década de 1970. Ver mais em Pacheco (2023).

um logradouro central em Viçosa, que liga a avenida P. H. Rolfs, onde se encontra a UFV, à praça Silvano Brandão, seu reordenamento estava na agenda da administração municipal, por sua característica central e comercial.



**Figura 2:** A rua Arthur Bernardes em 1977. **Fonte:** UFV Informa n. 497, disponível no Arquivo Central e Histórico/ATOM-UFV.

Além disso, seguindo a realização de intervenções na praça Silvano Brandão<sup>10</sup>, a retubulação das redes de escoamento de água na rua Arthur Bernardes passou a ser discutida, tornando central o debate acerca de sua funcionalidade e centralidade, uma vez que passava a ser divulgada, em reportagens jornalísticas, a possibilidade de sua transformação em rua de pedestres (Reportagem “Obras da rua Artur Bernardes marcarão Administração César Santana” do Jornal Folha Integração, n. 499, ano 16, 17/06/1979).

O apoio técnico de profissionais da UFV à realização das obras de escoamento das águas pluviais na rua Arthur Bernardes foi manifestado nas notas divulgadas no jornal Folha Integração pelo grupo “Por uma Viçosa melhor”, a fim de atrair o apoio popular e difundir outros ideais de organização espacial almejados por seus integrantes.

A respeito da formação do grupo, uma de suas ex-integrantes explica que se tratava de uma organização informal entre mulheres, mas que visava implementar transformações profundas na forma física da cidade:

Foi assim: a gente estava numa reunião numa casa, não é? Como se fosse chamado para tomar um vinho, uma coisa, e aí começamos a falar de Viçosa, aí surgiu a ideia. “Vamos fazer um trabalho, vamos fazer e tal”. Aí convidamos algumas pessoas e o negócio foi tomando pé, não é? E foi aí que

<sup>10</sup> Durante a gestão do prefeito Geraldo Lopes Faria (1967 a 1970), foi construído na praça Silvano Brandão o monumento em homenagem ao ex-presidente Arthur Bernardes, além das obras de instalação de bancos durante a gestão de Moacir Dias de Andrade (1963 a 1966). Ver em Gomes (1997).

resolvemos chamar um arquiteto para fazer o planejamento, porque aquilo ali é, como eu disse, competência de um arquiteto, não é? Não, não era competência nossa. A gente tinha as ideias, mas não tinha, vamos dizer assim, o gabarito para executar, não é? Aí foi desenvolvendo, aí apareceu o problema [da coleta] do lixo. Aí nós começamos a fazer a campanha do lixo, conseguimos o primeiro caminhão basculante, não é, aquele que roda, não é? Para apanhar o lixo (Entrevista com M. E. L. M.).

Os princípios que orientavam o grupo eram o conforto, a segurança e a limpeza, evocando práticas urbanísticas que visavam “ensinar” as populações de grandes centros urbanos a se movimentarem com maior rapidez, permitindo fluxo intenso de pessoas e veículos. Além disso, buscava-se seguir princípios urbanísticos já observados no campus da UFV, com destaque para uma hierarquização das vias, sendo uma principal e as demais secundárias (Ribeiro Filho, 1997).

O primeiro anúncio do movimento foi veiculado no Jornal Folha Integração, em 24 de junho de 1979, demonstrando a preocupação de seus integrantes com questões como a coleta de lixo e o trânsito.



**Figura 3:** Recorte do Jornal Folha Integração com anúncio do grupo “Por uma Viçosa melhor”, sem assinatura. Jornal Folha Integração, n. 500, ano 16, 24 de junho de 1979. Foto da autora.

Na Câmara de Vereadores, a formação do grupo foi tratada, mas de forma lateral, uma vez que os membros do movimento buscaram o prefeito a fim de tratar sobre os projetos que possuíam, mas, inicialmente, sem diálogo com o legislativo. Verifica-se, entretanto, a anuência da administração municipal em atender esses agentes ligados à UFV.

[...] Informou ainda que estava sendo formado em Viçosa um movimento feminino em prol de uma Viçosa Melhor. O vereador Francisco Machado Filho disse que se tratava de movimento apartidário e que essas senhoras já haviam procurado o Prefeito e o Delegado se colocou à disposição deles para fazerem alguma coisa por Viçosa. O vereador Geraldo Eustáquio Reis disse que as pessoas estão prontas para fazerem críticas mas não apresentam soluções (Ata de reunião ordinária da Câmara Municipal de Viçosa, realizada no dia 18 de maio de 1979).

Além da preocupação com a coleta de lixo e a implementação do modelo urbanístico representado por uma rua de pedestres em uma das vias mais movimentadas da cidade, a construção de espaços públicos de lazer e de passagem era uma das bandeiras do movimento:

O projeto “Por uma Viçosa melhor” começou com a ideia de transformar aquela área onde hoje está o Shopping Viçosa [construído em 1988] em uma área de lazer, porque era [presente ali] uma vegetação muito boa, era um bosque, então nós queríamos ali criar uma área de lazer, e aí surgiu a ideia do “Por uma Viçosa melhor”. Certamente não era só isso, outras coisas estavam no contexto das conversas, mas era isso a conexão com a UFV, certo? E nessa história toda, surgiu o Calçadão (Entrevista com A. S. Z.).

[...] Era um grupo recém-chegado a Viçosa com alguns professores que voltavam dos EUA e a cidade era muito feia. A rodoviária era um pavor! Eu cheguei de carro e me assustei. Penso nos coitados dos alunos que chegavam pela primeira vez nesta rodoviária! Deviam ter vontade de pegar o ônibus de volta (Entrevista com C. M.).

Como vimos, o interesse do grupo perpassava a realização de diversas obras de reordenamento espacial na cidade, tema que também era tratado na administração pública municipal e na administração da UFV. Além disso, o enfrentamento à “feira” da cidade se fazia presente no discurso do “Por uma Viçosa melhor”, a fim de construir uma imagem de um centro que fosse, ao mesmo tempo, belo e funcional.

O movimento das obras de instalação da rede pluvial na rua Arthur Bernardes, iniciado em junho de 1979, foi seguido pela decisão de fechamento da via ao trânsito de veículos, demonstrando a ativa participação dos membros do “Por uma Viçosa melhor” no debate urbanístico da cidade (Jornal Folha Integração, n. 497, ano 16, 03 de junho de 1979).



**Figura 4:** Foto da reportagem “Obras da rua Artur Bernardes marcarão Administração César Santana” (Jornal Folha Integração, edição n. 499, ano 16, 17/06/1979).

Além do croqui em formato de perspectiva, foi doada à PMV uma planta com descrições detalhadas do projeto, que previa a instalação de postes de iluminação e mobiliário urbano (bancos, floreiras, lixeiras e porta-cartazes), bem como a plantação de árvores. As unidades definidas como “praças” na planta são detalhadas no corte esquemático, evidenciando o projeto de constituição, com a construção do calçadão, de um espaço público para lazer e permanência.

A construção de uma rua exclusiva para o trânsito de pedestres no centro de Viçosa ia na contramão do crescimento da frota de veículos da cidade. Essa preocupação se refletiu no extenso tempo de execução da obra, que passou por meses de inconstâncias (Reportagem “Calçadão da rua Arthur Bernardes ainda indefinido” do jornal Folha Integração, n. 506, ano 16, de 05/08/1979).

Outras obras sendo executadas ao mesmo tempo buscavam desafogar o trânsito central, principalmente no trecho que liga a UFV ao centro da cidade:

Prefeito admite que houve atraso para o início da parte final da obra, e explica que ele foi causado pela grande mudança na estrutura urbanística central da cidade e que exigiu, para exames em termos definitivos, muito estudo junto ao Departamento de Obras da Prefeitura, constando da viabilidade econômico-financeira do projeto, aliado à grande transformação no setor viário central da cidade, em virtude do fechamento daquela via ao trânsito de veículos, definitivamente e suas consequências. Quanto ao problema trânsito, em virtude da mudança central, prefeito acha que até agora o trânsito desviado da Silviano Brandão para a Bueno Brandão vem funcionando a contento e, com a abertura da Ladeira dos Operários, brevemente, para escoamento no sentido centro-Universidade Federal de Viçosa, não haverá maiores obstáculos à fluência do tráfego central (Reportagem “Calçadão da Arthur Bernardes: o início na próxima semana”, do jornal Folha Integração, n. 510, de 02 set. 1979, ano 16).



Apesar da incerteza acerca do projeto a ser executado, após a definição de fechamento da rua Arthur Bernardes com a construção da rua de pedestres, as chamadas do grupo “Por uma Viçosa melhor” nas páginas do jornal Folha Integração foram suspensas. O último anúncio encontrado durante esta pesquisa data de 22 de julho de 1979.

Esse relativo afastamento do grupo refletiu-se na efetiva execução da obra a partir de outubro de 1979. Após a finalização da tubulação das redes pluviais na via, foi iniciada a colocação de pedras portuguesas, visando a diferenciação do piso das demais ruas da cidade, seguindo o exemplo do calçadão da rua XV de Novembro, em Curitiba. Apesar disso, o projeto que passou a orientar a obra não visava mais a colocação de mobiliário urbano, enfatizando seu caráter de espaço público de passagem e não de permanência.

Ao mesmo tempo em que obras de reordenamento espacial do centro de Viçosa eram realizadas, a Câmara Municipal discutia e aprovava o Código de Obras (Lei n. 312/1979), em setembro de 1979. No entanto, a legislação não foi cumprida em seus primeiros três anos de aplicação, os quais coincidiram com os três anos finais da gestão de César Sant’Anna à frente do Executivo municipal (Ribeiro Filho, 1997).

Faz-se necessário enfatizar que a execução da obra foi de responsabilidade exclusiva da PMV. Não foram encontrados registros de discussões ou legislações referentes à concessão de recursos para execução da obra nos arquivos da Secretaria de Obras da PMV e da Câmara Municipal de Viçosa. Além disso, não foram encontrados registros de quaisquer eventos de inauguração da rua de pedestres, que também não foram relatados pelos entrevistados.

O novo modelo urbanístico representado pelo Calçadão, que conecta o eixo comercial instalado na praça Silviano Brandão à praça do Rosário, que conduz à avenida P. H. Rolfs, onde fica a UFV, materializa uma nova escala de visibilidade que se forma no centro da cidade nessa época, com a atração de olhares e capitais para a via a partir da discussão de sua forma e de seu status público.

A configuração do espaço público não se dá somente pelos usos da forma física urbana, mas também pela incorporação de aspectos subjetivos, como os valores dos indivíduos, assim como as motivações e anseios da população como elemento não material da ocupação espacial (Cardoso, 2022). No caso do Calçadão Arthur Bernardes, sua configuração como espaço público transcende sua configuração morfológica devido a sua centralidade. Trata-se de uma via que resume as formas de sociabilidade existentes em Viçosa, bem como

concentra sua atividade comercial, a qual, por ter como objetivo final a obtenção de lucro por meio da venda de produtos e serviços, busca instalar-se em locais de grande visibilidade a fim de atrair o olhar de potenciais consumidores. Conforme demonstrado por Henry Lefebvre (1999), “o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas da troca”. É nesse contexto que o espaço urbano não apenas reflete as relações sociais, mas também se apresenta como um ambiente onde diferentes estratégias são confrontadas, resultando na apropriação pelos indivíduos desses espaços como elementos essenciais de pertencimento e sociabilidade.

Desta maneira, o debate entre os projetos de espaço público apresentados pela PMV e pelo grupo “Por uma Viçosa melhor” refletia interesses de controlar a localização dentro do espaço urbano de Viçosa, mais especificamente de seu centro, devido a sua valorização simbólica e mercadológica. Ao mesmo tempo, no aspecto material, a via atua como organizadora da malha urbana de Viçosa ao atuar no direcionamento de usos da zona central para a atividade comercial. Por fazer a ligação entre dois importantes núcleos de sociabilidade da cidade, o Calçadão Arthur Bernardes tem sua visibilidade ampliada, atuando como um espaço de exposição, tendo os olhos voltados para ele e funcionando como uma espécie de cenário resumido da vida urbana viçosense, constituindo um ingrediente fundamental na definição dos traços que caracterizam a cidade, aspecto reforçado por sua localização central na cidade e por sua característica comercial.

O tensionamento entre o projeto doado pelo grupo “Por uma Viçosa melhor” e a pedestrianização da rua Arthur Bernardes executada pela PMV reforçam seu estatuto público, na medida em que constitui um espaço de conflitos e problematização da vida social. Trata-se também de um lugar sobre o qual atua uma escala de visibilidade que o torna um espaço de exposição, já que exerce forte centralidade sobre o imaginário da cidade, tornando-se alvo de disputas pelo reconhecimento de um projeto de ordenamento espacial (Gomes, 2013).

Com a vinda de novas populações para Viçosa, novos hábitos de lazer e de consumo eram transplantados para uma nova realidade, principalmente a partir da federalização da UREMG em 1969. Assim, a cidade outrora provinciana começava, na década de 1970, a se tornar uma cidade média, buscando atender esse novo filão de consumidores, atraindo investimentos em novos empreendimentos e acirrando a disputa entre os comerciantes já estabelecidos. O projeto do Calçadão apresentado pelos integrantes do “Por uma Viçosa

melhor” objetivava a criação de uma rua de lazer na cidade, materializando uma nova imagem da cidade, que deixava o status de provinciana.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, notou-se que a imagem da cidade a ser criada era relevante na medida em que, por parte do “Por uma Viçosa melhor”, buscava-se materializar o anseio do grupo dos “de fora” por meio do transplante de um modelo urbanístico que estimulasse a permanência da população no espaço urbano. Além desse projeto, estavam em discussão pelo grupo, juntamente com a PMV, a criação de um parque na rua Milton Bandeira, próxima à UFV, e a construção de uma rua de pedestres no condomínio fechado Parque do Ipê. Trata-se de empreendimentos que, para além da problemática da construção de vias públicas de circulação, visavam o embelezamento da cidade. Apesar da não realização das obras citadas, as proposições denotavam uma negociação em torno dos espaços públicos da cidade, na medida em que a especulação imobiliária se tornava mais acirrada em Viçosa, em função dos interesses habitacionais decorrentes do aumento populacional experimentado pela cidade durante a década de 1970.

Já em relação à PMV, estava em sua agenda a realização de obras que resultassem na dinamização do comércio e da atividade imobiliária, conforme exemplificado pela construção do Centro Comercial Fuad Chequer, em 1979, e pelas constantes mutilações sofridas pelas legislações urbanísticas municipais, que buscavam privilegiar um pequeno grupo de proprietários fundiários. A própria rua Arthur Bernardes foi alvo de promotores imobiliários durante as décadas de 1960 e 1970, devido a sua centralidade (Ribeiro Filho, 1997). Com isso, observa-se uma disputa entre os dois projetos, a qual se deve à valorização da rua Arthur Bernardes por seu posicionamento na trama locacional da cidade, que monopoliza a expressão da vida urbana, concentrando significações e exprimindo identidades (Gomes, 2013), uma vez que a cidade, que se configura como local de moradia e trabalho, abriga pessoas que querem atenção não só às suas necessidades de consumo imediato, mas também às suas identidades arquitetônicas, alimentares, musicais, políticas e econômicas (Cardoso, 2022).

O espaço público abrange diversas possibilidades, logo, sua existência prescinde do estabelecimento de relações entre seus usuários. Sua compreensão deve perpassar as disputas que envolvem suas diferentes formas de uso, bem como as formas de segregação urbana que esses usos podem acarretar (Cardoso, 2022). Diante dos dados apresentados, a construção do Calçadão Arthur Bernardes foi levada a cabo devido à discussão entre a PMV e o grupo “Por

uma Viçosa melhor”, mas sua constituição como espaço público atravessou diferentes grupos sociais, devido à centralidade da via. Esse papel de organizador da malha urbana em Viçosa evidencia sua importância na trama locacional da cidade.

Por concentrar a atenção, seja da administração pública, por sua centralidade, ou da população, por sua característica comercial e proximidade física com o patrimônio edificado municipal, o Calçadão Arthur Bernardes instaurou em Viçosa um regime de visibilidade atrelado ao uso mercantil do solo, que consolidou o centro como lugar dos negócios. Esse arranjo espacial evoca a concepção da cidade como mercadoria, tendo a indústria da construção civil como “carro-chefe” desse processo, na medida em que colabora para a dinamização do comércio, com a absorção de mão de obra e a construção de edifícios de uso misto (Coelho, 2016).

A busca pela materialização dos anseios arquitetônicos e urbanísticos de diferentes grupos sociais em uma via como o Calçadão Arthur Bernardes reitera sua importância na trama locacional da cidade de Viçosa, devido ao reforço de sua centralidade a partir da construção da obra, valorizando suas estruturas comerciais e consagrando o centro e, especificamente, aquele espaço, como lócus da atividade comercial. Projeta-se, com a implementação desse modelo urbanístico, a imagem de uma cidade que busca atrair novos investimentos a partir da transformação de suas estruturas, ainda que isso implique na derrubada de edifícios históricos, patrimonializados ou não.

Essa imagem é fundamental para a compreensão da importância simbólica dada ao centro da cidade como espaço do comércio e dos negócios. Sua valorização deriva, assim, não apenas de suas estruturas físicas, mas também da visibilidade que lhe é conferida. Essa visibilidade atua na configuração do centro e, mais especificamente, do Calçadão Arthur Bernardes, como espaço público, na medida em que esses locais se tornam espaços de exibição que resumem a vida urbana de Viçosa em si, ganhando prestígio social e mercantil.

A construção do Calçadão Arthur Bernardes, uma via central e movimentada de 700 metros de comprimento, acarretou grandes mudanças na forma física e na trama locacional de Viçosa, atrelando o centro à atividade comercial e reforçando o papel de agentes ligados à UFV no debate urbanístico da cidade e da própria instituição na transformação do espaço urbano.

#### **4. Considerações finais**

A constituição do Calçadão como espaço público se dá pelo debate público incitado em torno de sua construção e, posteriormente, de sua função, evidenciando o conflito territorial existente em Viçosa entre fins da década de 1970 e o início da década de 1980, que refletia o crescimento populacional ocorrido na época, que possui reflexos no espaço urbano da cidade até os dias atuais.

A construção dessa rua de pedestres, única na cidade de Viçosa e principal lócus de sua atividade comercial, por meio da interação entre agentes privados e públicos, reflete as transformações ocorridas no centro urbano da cidade durante a década de 1970, engendradas por uma intensificação da atividade imobiliária decorrente do aumento populacional. A transferência de diferentes vivências arquitetônicas, comerciais e sociais permitia uma dinamização dos processos construtivos, levada a cabo por agentes imobiliários e proprietários fundiários que privilegiavam a realização de empreendimentos privados em detrimento da preservação do patrimônio edificado da cidade.

A discussão de sua funcionalidade e morfologia reflete a agenda de ordenamento da cidade, materializada em legislações municipais que privilegiavam o centro como local do comércio em detrimento de pequenos empreendimentos de bairro, mas também a ação de agentes ligados à UFV, que buscavam implementar na cidade princípios urbanísticos orientados pela retomada das ruas pelos pedestres e pelo embelezamento das vias centrais.

A atuação desses agentes refletia uma agenda voltada para a humanização da rua, devolvendo-a aos pedestres e constituindo espaços de permanência, seguindo a ampliação do desenho urbano no Brasil, durante a década de 1970, que se firmava como um campo de atuação que buscava solucionar questões relacionadas ao planejamento das cidades. A discussão empreendida nesse contexto sobre a funcionalidade e a morfologia da rua Arthur Bernardes reforçam seu estatuto público, devido à interação entre diferentes segmentos sociais, que buscavam materializar naquele espaço seus projetos de visibilidade e espaço público.

Em conclusão, a composição do centro atrelando esse espaço da cidade de Viçosa à atividade comercial e à prestação de serviços serviu para reforçar o papel do Calçadão como lócus por excelência desse tipo de atividade, atraindo para ele a maior parte dos lojistas da cidade. O Calçadão, por ser um logradouro central de Viçosa e por possuir em seu entorno parte do patrimônio cultural edificado municipal, atua na em sua trama locacional como

organizador da malha urbana, atraindo, além de comerciantes e público consumidor, transeuntes que buscam, em seus 700 metros de extensão, refúgio dos veículos automotores. Além disso, por sua visibilidade, torna-se espaço de manifestações artísticas, políticas e culturais, sendo um espaço público que representa a cidade de Viçosa por resumir em si sua vida urbana.

## Referências

ANDRADE, I. L. de. **Aplicação do modelo de zoneamento morfológico-funcional para o estudo do espaço intraurbano de cidades médias: análise da cidade de Viçosa-MG**. 2015. 75 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Geografia, 2015.

BAÊTA, O. V. **Estratégias como práticas sociodiscursivas em uma universidade pública: Uma abordagem crítica**. Lavras: UFLA, 2016. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Lavras.

BERNARDES, R. **Ampulheta urbana: Uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa - MG através das transformações no tempo e no espaço**. Monografia para obtenção do título de Bacharel em Geografia, 2013.

BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos MetrÓpole**, n. 18, p. 16, 2007.

BRESCIANI, M. S. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates**, n. 34, 1991.

CARDOSO, S. R. P. **Espaço público na metrópole contemporânea**. Curitiba: InterSaberes, 2022.

CASTRO, M. G. **Ensino, pesquisa e extensão: origem, trajetória e reconfiguração institucional na Universidade Federal de Viçosa**. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado, 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COELHO, D. D. **Da Fazenda ao Bairro: a construção de uma Nova Viçosa (1970-2000)**. 2013. 127 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa.

COELHO, D. D. **O direito à moradia: uma análise da provisão habitacional em Viçosa (MG) entre 1964-1986**. 2016. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Editora Ática: São Paulo, 1989.

FONSECA, F. L. da. **Os calçadões e sua importância para a qualidade urbana na área central de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora.

GOMES, E. C. **Percepção do ambiente construído**. São Paulo, 1997. 203 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. 1997.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: 2002, 304 p.

GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar: Elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HONÓRIO, L. de M. **A produção do espaço em uma cidade universitária: O caso de Viçosa, MG**. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2012.

JANUZZI, D. de C. R. **Calçadões: a revitalização urbana e a valorização das estruturas comerciais em áreas centrais**. 2006. 318 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999.

LOPES, V. S. **O Plano Diretor do município de Viçosa-MG e a política de ordenamento territorial: avanços e limitações nas localidades de João Braz, Liberdade e Silvestre (2000 a 2010)**. Monografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal de Viçosa. 2011.

MARIA, A. C.; STEPHAN, I. I. C. **Especulação Imobiliária e Expansão Urbana: o caso do Paraíso, Viçosa (MG)**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória, ES. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória, ES, 2014.

MARIA, A. C. de S., FARIA, T. C. de A., STEPHAN, I. I. C. Um retrato da evolução urbana de Viçosa-MG: impactos da federalização da UFV sobre a cidade (1969-2014). *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 3, n. 1, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELLO, F. A. O. **Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais**. 103 f. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Ciências Florestais. Universidade Federal de Viçosa. 2002.

PACHECO, L. O. **Calçadão Arthur Bernardes: Centralidade e espaço público em Viçosa (MG)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, Viçosa, 2023.

RIBEIRO FILHO, G. B. **A formação do espaço construído: Cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Rio de Janeiro, 1997.

RIBEIRO, T. G. **Paisagem e espaço público: As intervenções urbanas na avenida Barão do Rio Branco em Juiz de Fora/MG**. Juiz de Fora, 2016. 127f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora.

SANDRINI, R. T. **Ruas de pedestres como espaços públicos em centros urbanos: um estudo sobre o calçadão de São Paulo**. 2021. 259 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

SCIFONI, S. O patrimônio como negócio. *In*: ALVAREZ, I. P.; CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

SILVA, M. L. da. **Expansão da cidade de Viçosa (MG): A dinâmica centro-periferia**. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: Ufes, 2014.

STEPHAN, I. I. C. **Patrimônio em risco: o patrimônio arquitetônico na zona proibida / Ítalo Itamar Caixeiro Stephan**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

TORRÃO FILHO, A. Sete portas e uma chave: A constituição de saberes técnicos e teóricos sobre a cidade. **POLITEIA: História e Sociedade**. v. 9, n. 1, 2011.